



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Com o título “Um Tejo amarelado e sujo e a culpa sempre solteira” o Jornal de Notícias (JN) publicou no dia 20 de junho p.p. uma notícia onde dá conta de que «a água corre escura há dias em Ortiga, Mação. Ministério do Ambiente nega a existência de poluição e fala em mancha provocada pelos pólenes».

Após uma denúncia feita nas redes sociais, de que a água do Tejo corria muito escura na zona de Ortiga, em Mação, o JN contactou o Ministério do Ambiente (MA) no sentido de obter uma reação. De acordo com a referida notícia, em resposta, fonte do MA afirmou já se ter procedido à recolha de amostras de água, e que «na análise feita no local, não foi detetada qualquer mancha de poluição, mas antes e só uma coloração amarelada que pode estar relacionada com o pólen liberto».

Além de a época de pólenes já estar terminada, e de em consequência dos violentos incêndios de 2017 a quantidade de pólenes ser extremamente reduzida e insuficiente para poluir as águas de um rio como Tejo, a verdade é que as imagens recolhidas em vídeo e divulgadas na rede social mostram «uma água completamente suja e esverdeada», tal como também refere a notícia do JN.

Na mesma notícia é citado o presidente da ProTejo que denuncia a falta de informação por parte da tutela sobre a regularidade com que é feita a monitorização dos efluentes onde se verificam os níveis mais elevados de poluição.

O responsável pela associação ambientalista revela também ter solicitado ao MA e à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), informação sobre «as dez novas licenças que limitam as descargas, emitidas em abril, às Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e às empresas de celulose», mas afirma que até agora não recebeu nada. Em resposta ao JN, «o ministério deu conta que "todas as licenças estão a ser cumpridas"», sem mais pormenores.

Apesar do esforço dos últimos anos na construção de novas ETAR e na atualização de outras já existentes, a verdade é que ainda há, nesta região, zonas insuficientemente servidas de saneamento básico e é comum existirem problemas vários com descargas, sendo por isso necessário uma fiscalização periódica e reforçada por parte da APA ou, no caso de denúncia, pela IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro do Ambiente, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Em que dados se baseou o Ministério do Ambiente para afirmar que a mancha amarela que nos últimos dias tem inundado as águas do rio Tejo na zona de Ortiga, Mação, foi provocada por pólenes? Foram feitas recolhas e análises?

2- Com que regularidade é feita a monitorização dos efluentes do Tejo onde se têm verificado com maior frequência episódios de poluição grave e muito grave?

3- Quais os resultados das análises e vistorias feitas desde o início de 2018?

4- Que outras fontes, e quantas, de poluição pontual ou difusa foram identificadas?

5- Desde o início deste ano, quantas e que tipo de licenças foram emitidas, quer às Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) quer às empresas de celulose cujas descargas afetam o rio Tejo?

6- Com que frequência é fiscalizada a boa prática e cumprimento dessas licenças?

7- Quais os resultados dessas fiscalizações desde o início de 2018?

Palácio de São Bento, 26 de junho de 2018

Deputado(a)s

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELLO-BRANCO(CDS-PP)